

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

MEMORIAL ACADÊMICO

MATINHOS/PR

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

SANDRYNE DIAS FERREIRA

MEMORIAL ACADÊMICO

Memorial acadêmico apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito final para a integralização do curso.

Mediadora: Ângela Massumi Katuta

MATINHOS/PR

2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. FUNDAMENTOS TEÓRICO PRÁTICOS

2.1 MÓDULOS: VIVÊNCIAS E PRÁTICAS

2.2 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

3. ICH - INTERAÇÃO CULTURAL E HUMANÍSTICA

4. PROJETO DE APRENDIZAGEM

4.1 REA – RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS

5. MONITORIA

6. CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

Este memorial teve por objetivo, reunir minhas reflexões a respeito dos conteúdos, reflexões e vivências trabalhados durante o curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. O curso de Licenciatura em Geografia teve sua primeira turma aberta em 2017 a qual fiz parte e, portanto, sendo a primeira turma, enfrentamos muitos desafios para concretizar o que estava proposto e planejado no Projeto Político Pedagógico do curso, grande parte desses desafios decorrem do corte de verbas do governo destinado a contas não obrigatórias (Fonte: Uol (<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/30/mec-anuncia-corte-de-30-da-verba-para-todas-as-federais.htm>); situação essa que impossibilitou nossas aulas de campo por conta da falta de verba para pagar o motorista dos ônibus da universidade que era de fato o pessoal terceirizado que ficou dentro desse congelamento de verbas, como também a redução do perímetro permitido para as aulas de campo. Além dessa situação, também tivemos alguns outros desafios como: a falta de manutenção das salas da Universidade, em algumas o teto arriscava cair em nossas cabeças, tivemos episódios de falta de internet, de papel higiênico, de luz.

Apesar dessas situações lamentáveis, permanecemos fortes e resistimos na caminhada, que nos proporcionou muito aprendizado, relatado mais adiante.

Considero de suma importância o relato de como me senti ao chegar na universidade, quanto às suas propostas e seu território.

Inicialmente pelo fato de fazer parte de um grupo de pessoas que moram em outro município e se deslocam para estudar ou trabalhar, o que na geografia chamamos de migração pendular, nós saíamos cedo desse município e nos deslocávamos 88 quilômetros (ida e volta) diariamente. Todos os dias chegávamos antes da maioria dos alunos e isso me proporcionava observar os espaços, meu espaço favorito era a biblioteca, aquele lugar me possibilitava sonhar, tantos livros disponíveis, tantos temas diferenciados, o silêncio permitia viajar pelas páginas e imaginar-se na história. Gostava também em especial da sala temática da geografia, por vezes estive sozinha, lendo e refletindo sobre a alegria de estar na universidade. A sala temática ainda que simples, foi um esforço conjunto dos Docentes para construir um lugar de acolhimento, na entrada da sala, havia uma mesa com uma

cafeteira, café e açúcar, bolachinhas, e xicaras, no centro da sala, haviam três mesas redondas enfeitadas com toalhas e vasilhinhos de flores, havia uma pequena biblioteca ao fundo com alguns livros doados por docentes e colegas, o que de mais abundante havia ali, era carinho, afeto, desejo de luz e amor. Certamente que essas sensações eram nosso combustível nessa caminhada.

Quanto ao PPP do Setor Litoral, confesso que senti um certo desconforto inicial, pelo diferente, pela abertura em escolher, pela inovação em relação a programação construída pelo setor. As segundas, terças e quintas, tínhamos os fundamentos teóricos práticos (FTPs) trabalhados em cada curso com suas especificidades. Nesses dias, trabalhávamos os conteúdos relacionados com a graduação escolhida. Às quartas tínhamos um dia especial no qual poderíamos optar por cursar uma temática que eu desejasse partindo das várias temáticas disponíveis. E digo várias porque havia a possibilidade de escolher desde um esporte, um jogo de tabuleiro, até conhecimentos relacionados a alimentação, como também alguma temática relacionada ao seu currículo, dando abertura a uma construção curricular muito subjetiva.

Às sextas eram dias exclusivos para nos dedicarmos ao nosso P.A - Projeto de Aprendizagem, uma proposta construída com o objetivo de dar liberdade ao aluno de estudar o que o mobiliza amparado pela orientação de um professor, um conhecimento que o mesmo compreende ser importante para sua formação tanto como profissional, quanto como pessoa. Essa emancipação, essa liberdade, me causou euforia, pensei em tantos temas, várias situações em meu dia-a-dia, nos meus espaços de vivência poderiam ser trabalhados no meu projeto. Nesse processo, aprendi a observar a partir de várias lentes que os problemas cotidianos podiam ser investigados e analisados.

O desconforto inicial foi se transformando em calma e a euforia foi assentando sobre um sentimento de assimilação e consciência de todo esse processo.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICO PRÁTICOS

“Os Fundamentos Teórico-Práticos (FTP) são constituídos por componentes de natureza epistemológica, ontológica, teórico, prática e metodológica específicos da Licenciatura em Geografia. Visam proporcionar ao educando os conhecimentos e os domínios técnicos específicos das competências e habilidades requeridas ao futuro egresso, definidas nas Diretrizes Nacionais para a formação na área”. (Projeto Político Pedagógico do Curso de Geografia - 2006, p. 27).

2.1 MÓDULOS - VIVÊNCIAS E PRÁTICAS

O curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná no Setor Litoral, teve um caráter lapidador em minha construção ontológica de professora, pois aflorou meus sentidos lapidando-os para exercer a prática.

Com o início da formação, pudemos conhecer e nos aprofundar em diversas temáticas que permeiam tanto a prática do profissional em sala de aula, quanto a ação como agentes sociais de mudança, pois aprendemos, segundo Paulo Freire (1979), que o profissional comprometido, é um agente mobilizador de mudança em diferentes setores da sociedade e, a partir disso, pudemos compreender o papel do sujeito consciente de sua ação no mundo.

Sabendo que o processo de formação é fragmentado no meio acadêmico, nas mais diversas faculdades, o curso e o setor litoral, com seus projetos políticos pedagógicos diferenciados dos demais cursos de graduação em licenciatura, trabalham em consonância, buscando construir uma formação mais homogênea, pois inter-relaciona todos os módulos em todos os períodos, possibilitando construir uma formação mais integrada em sua totalidade.

Tivemos inicialmente um rico trabalho de reconhecimento do litoral do Paraná, onde fizemos trabalhos de pesquisas para refletirmos tanto sobre os aspectos físicos como também sobre os socioeconômicos que produziram as dinâmicas territoriais dos espaços tanto urbano quanto rurais dos 7 municípios de litoral dos quais fazem parte: Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná.

Após realizarmos as primeiras pesquisas, já com dados mais refinados, foram realizados pré-campos, nos quais foram construídos roteiros para os trabalhos de saída de campo. Nesses roteiros, eram trazidos dados científicos como os produzidos pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social) e IBGE (Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística), como também informações de conhecimentos empíricos. Com o roteiro pronto para a saída de campo, tínhamos definido o que iríamos observar in loco e, assim, construirmos uma leitura crítica da realidade pois interrelacionávamos todas as informações daquele território para compreender a dinâmica do mesmo.

Já in loco, aproveitávamos para experimentar as sensações e imaginar a partir dos dados e leituras, como e porque o espaço geográfico estava definido daquela forma, quais fatores endógenos e exógenos e suas temporalidades produziram tais dinâmicas.

Tivemos o privilégio de realizar essa breve imersão nos 7 municípios e conhecer alguns costumes das comunidades, como também alguns atores sociais que resistem nas mesmas lutando para permanecer existindo com seus modos de ser e estar no mundo.

Essa rica experiência, constrói o saber da experiência que, segundo Larrosa (1999, p. 8).

[...] tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude. Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal.

A partir dessas vivências, a formação desse professor torna-se carregada de sentido pois o mesmo imergiu nos territórios, vivenciou os espaços e conheceu as lutas locais, pois é necessário observar e vivenciar a realidade para compreendê-la.

Em seguida, tínhamos o pós-campo e o mesmo resultava em exteriorizar as experiências que cada sujeito teve com as vivências das saídas de campo. Após as apresentações sobre a experiência de cada sujeito, produzíamos nossos relatos como diário de campo que mais a-diante seria o nosso portfólio.

Com as saídas de campo, pudemos conhecer muitas comunidades e seus processos de resistência nos mais diversos territórios.

Uma comunidade que me chamou a atenção nessas saídas de campo, foi a de João Surá em Adrianópolis-Pr, que viveu e vive uma luta para permanecer em seu território com a garantia de direitos como saúde e educação. E, com muita mobilização, teve sua comunidade reconhecida a partir da produção de sua cartografia social, que identificou a história e o processo de fixação daquela

comunidade e seus modos de existência em seu território, que, carregado de muito sofrimento, mas também de conquistas, foi reconhecida pelo Ministério Público como Comunidade Quilombola, sendo em sua comunidade, construída a escola Diogo Ramos que fazia parte do projeto do Grupo de Trabalho Clóvis Moura da Secretaria Estadual de Educação que pretendia identificar e construir uma proposta pedagógica própria dessas comunidades quilombolas com o objetivo de valorizar a identidade e os saberes tradicionais e fortalece-los dando visibilidade para as mesmas.

A proposta em si, pretendia escolarizar as comunidades tradicionais quilombolas do Paraná, a partir das suas demandas, compreendendo seus processos de aprendizagem e respeitando os saberes populares, com o objetivo de trabalhar com uma gestão democrática, compreendendo o tempo/comunidade e tempo/escola.

Essa vivência me encantou porque pude ver que a mobilização social gera resultado, ainda que com suas limitações, pois a comunidade de João Surá conquistou e continua resistindo. Me encantou também pelo fato de a comunidade participar do processo de escolarização dos seus ativamente e ter autonomia em opinar sobre a aprendizagem dos sujeitos.

Sabemos que nosso país tem um histórico de lutas por direitos e observar in loco esta luta aquece a esperança em nossos corações.

Ainda em tempo, começamos a perceber que o curso nos permitia investigar a nossa realidade e gerava em nós uma mobilização por observar o nosso entorno e perceber como o espaço é produzido, moldado, por quem é gerido, e para quem.

Dentro de todas essas vivências, como se estivéssemos preparando um caldo, após os reconhecimentos dessas lutas existentes em nossos territórios, tínhamos que estender as mangas e cortar as verduras para dar consistência ao caldo. E disso partia nossos olhares, nossas indagações a respeito do mundo, o que nos tocava, o que nos incomodava, o que gostaríamos de pesquisar.

Essa autonomia era possibilitada pelo módulo do Projeto de Aprendizagem (PA), proposta inovadora do projeto pedagógico do setor litoral

O aluno como sujeito corresponsável de seu processo de aprendizagem, aprende a significar um cotidiano balizado por valores locais. E, sem perder a perspectiva da mundialização, respeita limites humanos, engaja-se em um processo de auto-organização e auto produtividade. (UFPR Litoral, 2008, p. 31).

Mas não estávamos acostumados com autonomia, meros alunos domesticados pela escola tradicional, e agora livres para estudar o que tem

significado para si, em um módulo que possibilitava aprender a investigar o seu objeto de estudo, mas antes disso, aprender a olhar para si, para a sua realidade, questioná-la. Tudo tão novo e instigante e, ao mesmo tempo, inquietante.

Recordo-me como estive inquieta com tal novidade, ela me motivava a refletir sobre tudo em meu entorno, várias problemáticas surgindo e eu estava eufórica com tal possibilidade. Era a primeira vez que eu tinha a oportunidade de pesquisar o que eu queria, amparada por um professor orientador.

De repente, a euforia foi dando lugar ao desespero, pois haviam inúmeras possibilidades de tema, então começamos a colocar a mente em ordem e os pés já tocavam o chão, defini então meu primeiro tema e o apresentei à turma numa rodada de apresentações. Com as apresentações acontecendo, fomos nos acalmando e percebemos o quanto nos falta autonomia durante nossa escolarização, e como nos sentimos quando a conhecemos e utilizamos. Então ficou evidente que estávamos todos no mesmo misto de sensações e como aquele projeto político pedagógico do setor litoral era extraordinário e inovador.

Com os ânimos acalmados, comecei o processo de investigação do tema escolhido, e o modifiquei muitas vezes. Neste processo, encontrei o tema que me provocava a investigar. Iniciei minha pesquisa fazendo o levantamento de alguns dados primordiais e estabelecendo relação com o módulo de reconhecimento do litoral (SLGEO001). Nele, em uma das visitas na saída de campo ao município de Paranaguá, estava no roteiro o bairro e a luta dos moradores que era meu objeto de estudo, oportunizando que os colegas de turma, conhecessem o processo de resistência daquele bairro que eu pretendia investigar.

Meu projeto de pesquisa e investigação teve como objetivo problematizar os processos de desapropriação e desterritorialização dos moradores do bairro Vila Becker, no município de Paranaguá, ocorridos nas últimas décadas, que, a partir da organização do Plano Diretor, definiu a função de cada espaço urbano. No bairro em questão, a disputa pela área ocorre entre os proprietários juntamente com a prefeitura local, que, amparados por lei e com intensa ação policial, exigem reintegração de posse de tal área, e utilizam-se da coerção para acelerar tais processos contra os moradores que exigem seu direito de permanência. Portanto, na tentativa de compreender a legitimidade da situação, buscamos adentrar nas cotidianidades dos sujeitos que vivenciaram essas lutas e foram desterritorializados, como também, conhecer um pouco da vida dos que ainda resistem na área. Para então, refinar nosso

olhar e perceber a cidade e seu ordenamento de uma forma mais crítica. Na visita da aula de saída de campo, conhecemos alguns atores sociais que desempenham um papel de grande importância para o movimento de resistência.

2.2 FORMAÇÃO DO PROFESSOR

O curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral organiza seu processo de construção a partir das palavras-mundo de Paulo Freire, e com a leitura de mundo associada à leitura da palavra busca construir um ser com capacidade de percepção e tão logo de agir como parte integrante do mesmo.

Buscamos analisar as teorias de aprendizagem de Piaget e Vygotsky, nas quais o objeto de estudo é o desenvolvimento do ser humano.

Vygotsky considerava que o desenvolvimento parte de uma premissa sócio histórica, na qual, o desenvolvimento se dá conforme a apropriação da cultura, do todo que a sua sociedade possibilita.

Ele entende o indivíduo como, sujeito biológico e sujeito social, portanto, conforme a interação com o meio, ele vai desenvolvendo as neoformações psíquicas, ou seja, toda essa interação vai constituindo o ser biológico e social.

Assim, portanto, não se pode exigir que todos tenham o mesmo desenvolvimento, pois muitas vezes os tipos de interação do indivíduo com o meio, não são os mesmos para todos. Portanto, é preciso analisar mais minuciosamente caso a caso.

A partir disso Vygotsky considera que o papel da escola é fundamental para humanizar os sujeitos, pois o processo de desenvolvimento se constitui a partir da interação desses sujeitos, e propiciam o desenvolvimento e o amadurecimento das funções mentais psíquicas superiores. O processo de aprendizagem de fato, ele acontece o tempo todo, porém, a escola como mediadora desses conhecimentos vai mediando essas experiências, como também introduz a atividade de estudo, que é compreendida como a atividade principal da criança em idade escolar, com o objetivo da assimilação da cultura no geral.

Ele também considera a função da linguagem, de grande importância, pois, a leitura da palavra, parte da leitura de mundo, e é repleta de signos, para em seguida organizá-las em códigos e depois em linguagem em si, que é a forma como seu meio é representado.

Quanto a Piaget, ele considera que a aprendizagem é a alavanca para o desenvolvimento e, portanto, é construído em todos os momentos, com a acumulação de experiências e a maturação do sujeito conforme os estágios cognitivos, é possível avançar no desenvolvimento psíquico. Portanto, conforme seu protagonismo, ocorre

a assimilação ainda que rudimentar do novo, em seguida, a acomodação da experiência e, por fim, a equilibraco, fornecem o ambiente necessário para que as neoformações psíquicas madurem.

Então os estágios cognitivos servem de parâmetros para compreender o desenvolvimento em suas diversas fases.

Minhas considerações a partir dessas teorias de aprendizagem são a de que como professora, é preciso estar atenta para não generalizar, ou até mesmo rotular os alunos nos seus diferentes tempos de aprendizagem. Visto que alguns alunos não tem a mesma oportunidade de vivenciar os ambientes mais diversificados e apropriar-se de fato da cultura. E ainda observar como a escola traz consigo a questão da competitividade, perceber o quanto isso não  saudável, ainda mais em um meio tão plural. Então, buscar concentrar-me no que o aluno está aprendendo e medi-lo a fim de potencializar sua capacidade de solucionar problemas, buscando trabalhar desde o pensamento concreto até o pensamento mais refinado – o abstrato. O desafio então é perceber-se como co-responsável na construção de um processo de aprendizagem de acolhimento aos diversos tempos de aprendizagem, buscando ser um agente compromissado e ansioso por mudanas que partem do eu/sujeito e que vai mobilizando os demais.

A partir da leitura e compreensão construída do capítulo I do Livro “Educação e Mudana” de Paulo Freire, o livro traz a luz as dificuldades enfrentadas pelo educador no período em que os militares estavam no poder, pois seu trabalho buscava promover a emancipação intelectual desses alunos com um projeto de alfabetização voltado à leitura de mundo, e tornava tais grupos capazes de observar e problematizar a realidade em que viviam, o que não foi visto com bons olhos pelo grupo no poder. O educador foi, portanto, exilado. Apesar desse fato, foi evidenciado que o educador não carrega nenhum sentimento de mágoa ou rancor desse período, mas que observa com otimismo seus posicionamentos.

Ainda no prefácio ele traz a reflexão se a educação gera mudana e, se sim, quais-pois ele acredita que por si são, ela não leva a sociedade  emancipação, mas, aliada a outros fatores, compreende que ela tem papel fundamental na conscientização. A partir dessa afirmação, pretende dialogar com a possibilidade de uma educação que busque promover a conscientização sobre a importância da emancipação dessa sociedade oprimida.

Questiona também o fato de a ação pedagógica ficar limitada a um determinado espaço, que é o da sala de aula e os ambientes da escola, onde as manifestações e debates tornam-se aprisionados dentro desse espaço, e, portanto, inacessíveis pela comunidade.

Acredita que os diálogos sociais seriam revolucionários se aliados a uma leitura de mundo crítica construída com esses educadores comprometidos com a transformação da realidade. Pois nessa sociedade de classes é necessário agir de forma incisiva na ação pedagógica, tendo como aliada a ação política visto que não há ação neutra.

Então, para que a educação possa gerar mudança, não só intramuros da escola, mas para além deles, é necessário que haja sujeitos dispostos a lutar por tais interesses. Pois entende-se que é uma mudança que precisa ser trabalhada a longo prazo e que os desafios, sucessos e problemas dessa caminhada sempre precisam estar sendo vistos e revistos, para que se tenha êxito. Mas quem pode comprometer-se com tal ação política e pedagógica? Visto que não é qualquer ação, mas sim uma ação existencial, que evidencia as desigualdades, e critica duramente esse tipo de sociedade excludente em que vivemos. Entende-se que o comprometido deve posicionar-se não somente dentro da sala de aula, mas agir de forma a organizar a luta, promover o enfrentamento de tais desigualdades, e problematizar a realidade, sempre buscando conscientizar a sociedade sobre as injustiças realizadas pelos grupos dominantes. Portanto essa capacidade de agir e refletir sobre a realidade, essa sensibilidade diante das injustiças, a capacidade de percepção, ação-reflexão-ação, é uma das condições para assumir tal compromisso.

Em seguida, o texto retrata sobre o profissional alienado, aquele que não arrisca outras possibilidades, aquele que está preso ao conhecimento já adquirido e daquele lugar, da sua zona de conforto, não pretende sair. Convicto de suas técnicas, não inova, assim como também não mobiliza os outros a buscar uma mudança, porque não se percebe como sujeitos de mudança, sua leitura de mundo é superficial e, portanto, o profissional alienado, segundo o texto, não pode comprometer-se com uma educação emancipatória.

Entende-se que a partir de Paulo Freire a educação sempre será vista como uma ação política e que se faz necessário politizar cada vez mais os espaços da educação como também para além dos muros da escola, com o objetivo de mobilizar

e emancipar os sujeitos pensantes, para que os mesmos reconheçam seus papéis na construção de sua leitura de mundo.

3. ICH - INTERAÇÃO CULTURAL E HUMANÍSTICA (ICH)

“O espaço curricular de Interações Culturais e Humanísticas (ICH) consiste num dos pilares do Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral, representando, no mínimo, 20 % da carga horária curricular em todos os cursos. Através de encontros que ocorrem semanalmente, integrando estudantes dos diferentes cursos, o ICH constitui-se num espaço de aprendizagem interdisciplinar. Possibilita a articulação de diversos saberes (científicos, culturais, populares e pessoais) e busca um olhar mais amplo para a problemática cultural e humanística contemporânea.” UFPR Litoral, 2008, p. 33.

A proposta para as quartas-feiras da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral são uma experiência extraordinária e enriquecedora, pois possibilitam a articulação entre os diversos cursos, períodos e compreensões de cada sujeito em torno de uma temática dentre tantas e escolhida para cada semestre. Minhas experiências com as ICH's foram a priori numa direção mais técnica, mais alinhada com meu curso, porém, com o passar do tempo, percebi que poderia vivenciar esse espaço, direcionando-o para o meu bem viver, e passei então a escolher temáticas que alimentavam meu coração e me fortaleciam para continuar a caminhada da graduação. Uma das melhores experiências de ICH vivenciada, foi a da Ciranda das Mulheres, mediada pela Professora Ângela Massumi Katuta, que tinha como proposta trabalhar o feminino, a questão de gênero e outras demandas do grupo. Essa ICH a priori me alegrou pelo fato de estarmos só entre mulheres, debatendo entre nós situações que só dizem respeito a nós mesmas, e podendo observar que não estamos sozinhas, e que o ato de compartilhar experiências e histórias, nos fortalece e nos auxilia a olhar de formas diferentes cada situação. Na Ciranda de Mulheres, saberes, alegrias e tristezas foram compartilhados. E cada uma dando a mão para a outra, buscou se fortalecer e continuar a caminhada da vida, com um outro olhar, talvez mais forte, talvez mais atento ao que nos oprime nessa sociedade machista.

Também tivemos a oportunidade de silenciar e exercer a escuta, uma escuta consciente e atenta, afinar o olhar, perceber o quanto a sociedade nos afasta numa competição equivocada.

Em algumas quartas, fizemos pesquisas a respeito das violações sofridas pelas mulheres, e como as leis em defesa das mesmas têm avançado. Como o Estado tem agido para assegurar o direito à vida dessas mulheres, atentando para as conquistas a partir da Lei Maria da Penha.

E para finalizar esse relato, não poderia deixar de citar, a quarta-feira em que tivemos aula de artes marciais, em que observamos como reagir a determinada

situação. Inicialmente, alongamos o corpo, aquecemos os músculos e começamos a praticar alguns exercícios. Nossos mediadores nesse dia especial, era um casal de policiais que trabalhava com defesa pessoal. Foi um desafio para nós, por vermos o quanto somos frágeis numa situação inesperada, porém, aprendemos os pontos nos quais podemos atacar agressores.

Essa ICH tinha mulheres de diversas idades, de cursos diferenciados, como também períodos diferenciados, que possibilitou enriquecer mais ainda nossas vivências.

4. PROJETO DE APRENDIZAGEM (PA)

Nas linhas que seguem, apresento a sistematização que realizei a partir dos estudos realizados nos módulos de PA.

FERREIRA, Sandryne Dias. A MORTE DE UM BAIRRO E O DESMONTE DA CIDADE (2020)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta dos estudos realizados ao longo de 6 semestres no eixo pedagógico Projeto de Aprendizagem, que compõe o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. Tivemos como objetivo refletir sobre as transformações espaciais e geográficas ocorridas ao longo do processo de construção, regulamentação e execução do Plano Diretor de Paranaguá. Atenção especial foi dada ao bairro de Vila Becker, o qual se constituiu a partir de 1970, quando as primeiras famílias começaram a ocupar a área. Em 2002 esse bairro contava com 400 famílias. Optei pela escolha desse bairro, por ter uma relação em especial com o mesmo, pela proximidade da casa da minha vó materna, como também pelo fato de amigas de infância terem morado no mesmo. Quando iniciaram a desocupação do bairro, foi algo extremamente agressivo e rápido, e, pelo que me recordo, o medo tomou conta de muitas pessoas, pois não se via um fenômeno de tamanha grandiosidade e rapidez.

Essas transformações espaciais e geográficas alteraram o modo de vida da população e medidas foram tomadas a fim de mitigar os problemas gerados por esse processo. Mas seria possível mitigar, compensar ou minimizar os danos causados aos habitantes? Seria cabível mensurar o valor das memórias, lembranças e vivências? Como compreender a forma como o capitalismo nos arranca de nossas raízes e territórios? Sabemos que um dos movimentos inerentes ao processo de globalização é criar um mundo homogeneizado, onde todos sejam iguais e, portanto, pertencentes a todo e qualquer território. Desse modo, falar em identidade com os lugares parece ser algo sem sentido, convenhamos que, um grande número de pessoas vive alienada, pelas mídias globais que constroem um padrão de estar e ser no mundo. A partir disso temos um paradigma, a sociedade homogeneizada e os que resistem a este processo.

Quando observamos esse processo em escala local, percebemos, que nas últimas décadas, o município de Paranaguá, vem apresentando uma expansão ordenada, condicionada à Lei Complementar nº 60/2007 que institui o PDDI (Plano

Diretor de Desenvolvimento Integrado) e instala uma lógica para o zoneamento urbano, que, de acordo com Maricato (2011, p. 115):

As leis de zoneamento constituem, talvez, a expressão mais forte do urbanismo modernista com sua utopia de dirigir ordenadamente o uso e a ocupação do solo, com regras universais e genéricas, separando usos, níveis de circulação, tipologias de edifícios, padrões de ocupação do solo etc.

Verificamos que essa lei complementar aprofunda a fragmentação do território em partes definidas de acordo com os interesses e as demandas de uso do solo, de um dos entes que historicamente mais tem impactado a produção do espaço parnanguara que é o Porto de Paranaguá. Muitos bairros têm sua classificação transformada no processo de zoneamento, sendo redefinidos como ZIP (Zona de Interesse Portuário) movimento esse que fortalece o processo de expansão das áreas portuárias em detrimento dos direitos de morar dos habitantes. Assim, já há algum tempo, ocorrem conflitos entre os moradores, a administração pública municipal e o Porto, pois há a sobreposição de interesses pelas mesmas áreas, localizadas, em geral, ao longo da via de acesso ao mesmo. Ao longo dos anos, o poder público municipal foi estabelecendo estratégias, para dificultar a permanência dos moradores que resistem nesses bairros, negando-lhes direitos básicos, como o acesso a equipamentos públicos, gerando o abandono dessa população. Esse fenômeno e estratégia de expulsão e eliminação da comunidade modifica a paisagem de forma marcante: o que antes eram bairros repletos de vida, de pessoas e movimentos, hoje constituem um aglomerado de casas abandonadas, terrenos em pousio e silêncio. O abandono das comunidades, cujos bairros sofreram reclassificação no zoneamento urbano pelo poder público contribui para seu esvaziamento, enfraquecendo a luta dos que se organizam pelo direito à permanência nos mesmos: o direito à cidade.

É importante evidenciar o fato de que o bairro Vila Becker se constituiu há cinquenta anos e, grande parte dos seus moradores são pescadores que se estabeleceram naquele território devido à proximidade do rio e da baía, permanecendo ali por décadas. Verificamos que o fator locacional, a não regularização dos lotes, somado ao perfil dos moradores também facilita os processos de desapropriação/expulsão.

Então, quando o Porto de Paranaguá executa seu processo de expansão, os territórios mais próximos ao mesmo passam por rápida transformação do uso do solo amparados pelo zoneamento urbano previsto no PD (Plano Diretor) que, via de regra,

não é feito com a participação popular. Muitos bairros têm mudado seu uso do solo e zoneamento de cima para baixo, deixando de ser locais de moradia para serem zona de expansão portuária, forçando assim seus moradores à sujeição ao PD, o que significa para os que têm a propriedade regularizada, aceitar as propostas indenizatórias para que deixem seus territórios de vida. Apesar de muitos aceitarem tais propostas, pela pressão exercida sobre eles, alguns poucos ainda resistem no bairro, esperando que os seus advogados consigam ganhar a causa para que seja pago o valor justo pelo seu terreno e benfeitorias, ou que seja possível sua permanência no local.

De acordo com Souza (2005), tais situações evidenciam que as lutas não são travadas apenas pelo valor da terra, mas, trata-se sobretudo do valor simbólico do lugar, que evocam histórias, memórias e lembranças:

Não é só o espaço em seu sentido material que condiciona as relações sociais! Também as relações de poder projetadas no espaço (espaço enquanto território) e os valores simbólicos e culturais inscritos no espaço (espaço vivido e sentido, dotado de significado pelos que nele vivem), tudo isso serve de referência para as relações sociais: barreiras ou fronteiras físicas ou imaginárias. (SOUZA, 2005, p. 99)

Até que ponto esses processos estão dentro da legalidade? Como o detentor da posse perde o seu direito, diante da alegação de propriedade, dado que está amparado no Estatuto das Cidades (Art.º 2, inciso I - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações) e pela Constituição_(Art.º 5, inciso XXIII - a propriedade atenderá a sua função social); instrumentos de ornamento jurídico que amparam o direito de moradia?

A partir da situação explicitada, podemos compreender que a cidade de Paranaguá tem sido produzida, como todas as outras no contexto capitalista, a partir de demandas de agentes ou grupos econômicos que têm influência direta no processo de zoneamento urbano que, via de regra, promovem espaços de exclusão, expressão de um zoneamento que des-territorializa grupos inteiros de moradores, os expulsando em direção a espaços que passam a ser classificados como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), via de regra compostos por conjuntos habitacionais definidos que, em geral, não atendem às demandas de seus moradores. Contudo, os que tem acesso a estes lugares precisam ter renda média para ter o direito de habitar aquele local, evidenciando a lógica da produção capitalista do espaço urbano. Tais

lugares, em função dessa redefinição acabam por impactar o preço da terra, atingindo sobretudo aqueles que não tem dinheiro e que, portanto, não podem pagar por ela. Por meio de tais processos, vemos claramente como a especulação imobiliária sobre a terra urbana tem alcançado com sucesso, sobretudo pelo apoio das administrações públicas locais. Segundo Maricato (2011, p. 39):

A ausência do controle urbanístico (fiscalização das construções e do uso e ocupação do solo) ou flexibilização radical da regulação nas periferias convive com a relativa “flexibilidade”, dada pela pequena corrupção na cidade legal. Legislação urbana detalhista e abundante, aplicação discriminatória na lei, gigantesca ilegalidade e predação ambiental constituem um círculo que se fecha em si mesmo. Mas de todas as mazelas decorrentes desse processo de urbanização, no qual uma parte da população está excluída do mercado residencial privado, legal e da produção formal da cidade, uma das mais graves talvez possa ser identificada na área do saneamento.

As ausências e presenças no controle urbanístico possibilitam que a terra urbana seja alterada conforme os interesses de grupos privados, modificando a organicidade da cidade e dando a ela outros sentidos e significados. Quanto ao mercado residencial privado, vemos que a aplicação da lei não atua efetivamente em favor de todos, sendo seletiva, atuando muitas vezes em contraposição à Constituição e Leis de ornamento, contudo, apenas quando convém aos grupos hegemônicos. Boa parte da população de Paranaguá permanece fora desse mercado residencial privado, restando apenas a opção de ocupar áreas sem valor mercadológico, ou mesmo as Áreas de Proteção Permanente (APPs) como os manguezais, as várzeas dos rios. Não raro, quando ainda há possibilidade de a família adquirir um lote, estes fazem parte do que chamamos de loteamentos irregulares e até mesmo clandestinos, sendo essas ações muito comuns no município.

PALAVRAS-CHAVE: IDENTIDADE, PORTO, MERCADO RESIDENCIAL, POSSE, ORDENAMENTO TERRITORIAL.

OBJETIVOS

Esse trabalho tem por objetivo analisar os processos de desapropriação dos moradores do bairro Vila Becker no Município de Paranaguá-Paraná amparados por lei e ocorridos nas últimas décadas (2000/2015). Numa tentativa de compreender a legitimidade dos mesmos e a falácia do desenvolvimento em uma cidade com alto índice de desigualdade. Disparidades estas, vistas, cotidianamente na paisagem da cidade e nos indicadores sociais; os quais constituem parâmetros que demonstram as demandas da população e a resposta do poder público.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi o estudo de caso, por meio do qual procuraremos compreender os processos de expulsão e resistência dos moradores. Assim, serão realizadas entrevistas por meio de questionários, fizemos análise documental, levantamento de informações e leituras sobre a produção do espaço urbano no contexto de um planejamento excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que a cada dia a população está perdendo seus espaços dentro da cidade de Paranaguá, pois estes estão sendo ordenados e ocupados por empresas que buscam instalar-se nas proximidades do Porto a fim de facilitar seus acessos e logísticas. Percebe-se então que a lógica do planejamento municipal historicamente foi e é direcionada para e pelos entes privados, por meio da melhoria e produção de áreas que viabilizem a atividade portuária.

Os direitos à moradia e o bem-estar social são desconsiderados, acarretando diversos problemas, que não são discutidos com a população. As deliberações ocorrem de cima para baixo, dificultando a participação das comunidades na organização da cidade. Apesar dos esforços dessas comunidades, elas acabam por ser invisibilizadas e até mesmo ignoradas, ainda que busquem seu direito à cidade junto ao Ministério Público, esses processos jurídicos custam tempo, dinheiro e necessitam de persistência, o que não necessariamente constituem garantia efetiva de direitos.

Até o momento observamos o esvaziamento de vários bairros (Vila Becker, Rocio, Vila Alboit, Vila Rute, Canal Anhaia, Beira-Rio), nos quais alguns moradores foram desapropriados e outros indenizados, movimentos estes ligados à reprodução do Capital que atua cotidianamente na produção do espaço urbano de Paranaguá. A população tem resistido a esses ataques e este processo constitui um exercício que demanda dedicação e coragem, pois, envolve a defesa de seus lugares, do direito à moradia e à vida digna que inclui suas memórias e lembranças que estão sendo apagadas e enterradas dia a dia junto com o sonho de permanecer e existir com dignidade e, assim ter seu lugar no mundo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm.
17/03/2020.

Acesso:

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2011.

PARANAGUÁ. Lei Complementar 62 de 27 agosto de 2007. Institui o zoneamento de uso e ocupação do solo, com objetivo de orientar e ordenar o crescimento da cidade. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/transparencia/plano-diretor>. Acesso: 17/03/2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

4.1 REA – RECURSO EDUCACIONAL ABERTO

REA-RECURSOS ABERTOS

DISCIPLINA: GEOGRAFIA SÉRIE: 2ºANO ENSINO MÉDIO

Elaborado por: Sandryne Dias Ferreira

TEMA: Estratégias de ocupação das terras na cidade e no campo e suas territorialidades

Somos cidadãos em um mundo globalizado, porém, nossa ação direta nos lugares em que vivemos tem reflexos mais visíveis na escala local, que mostra que somos responsáveis pela construção dos espaços geográficos. Certamente estamos submetidos a normas e leis de gestão da cidade que se desdobram no planejamento das ações em relação ao meio ambiente e como utilizamos seus recursos. Contudo, nos é assegurado o direito consultivo e participativo na formulação das mesmas.

Quando falamos em espaço geográfico, pensamos a partir de nossa casa, bairro e de forma um pouco mais ampla, pensemos na cidade e no campo.

- Como se formou a sua cidade?
- A partir de qual necessidade, costume ou de quais fatores ela foi se organizando?
- Em qual ou quais direções ela se expandiu?

Observe a imagem a seguir que apresenta transformações do espaço geográfico:

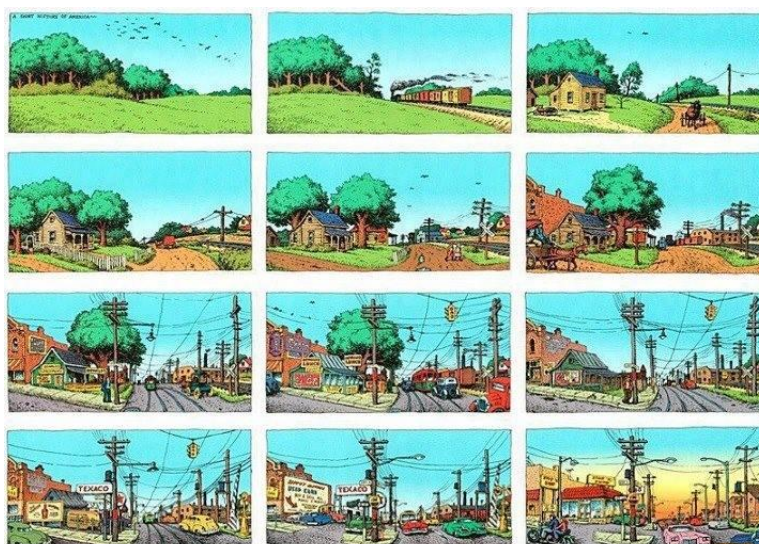


Figura 1 – As transformações do espaço geográfico. Disponível em:
<https://thomazgeo.wordpress.com/2018/02/14/transformacao-geograica/>

Segundo o geógrafo Milton Santos (2006, p. 39) “O espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

No que diz respeito às cidades, quando os primeiros adensamentos foram se consolidando com o passar dos séculos, inicialmente os seus habitantes se estabeleciam próximos aos recursos naturais necessários a existência dos mesmos. Com o passar do tempo e as expansões do comércio, as rotas se tornaram importantes e estar próximo a elas era de suma importância para a sobrevivência pois o comércio acontecia nas mesmas. Conforme a disponibilidade de espaço, esses adensamentos iam se expandindo e com eles, vários problemas foram surgindo, o que se repete ainda hoje.

Com o crescimento urbano surge também problemas relacionados à distribuição dos espaços, posto que várias áreas e as melhores, foram ocupadas por uma minoria com alto poder aquisitivo, sendo essas localidades em regiões privilegiadas. Por outro lado, pessoas com vulnerabilidade econômica, acabaram por ocupar lugares mais distantes dos centros, e, não raro, mais precários em relação aos serviços públicos ofertados, entre outros problemas ligados à propriedade privada da terra. Esse processo de ocupação desigual dos espaços da cidade, se deu por meio da lógica da renda de cada classe social nas esferas tanto locais, quanto globais. O acúmulo de problemas ligados à maneira como o solo foi sendo usado e apropriado, tornou necessária a produção e definição de algumas leis que visam regular a produção do espaço nas cidades.

Podemos utilizar como exemplo o Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 2001 que regulamenta a política urbana e prevê como instrumento de planejamento o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, que rege normas em cidades com mais de 20.000 habitantes, o qual delimita áreas conforme as necessidades da população e a preservação da natureza. Após estabelecidos esses limites, a população ocupa as áreas destinadas a habitação, asseguradas nos artigos 182 e 183 pela Constituição Federal de 1988 e amparadas neste plano.

Porém, depois de tantos anos de omissão dos entes governamentais na regularização fundiária das cidades e na falta intencionada de organização e planejamento dos espaços urbanos, implementar de fato tais normas previstas nos Planos Diretores, tornou-se um desafio para as gestões atuais, visto que muitas

além de Patrimônio Histórico, também é considerado Patrimônio Imaterial pois abriga várias manifestações culturais.

Outro problema existente nessa área, é o abandono do poder público como estratégia de expulsão: a Escola Municipal Costa e Silva, está abandonada e com sua infraestrutura danificada, falta posto de saúde, as ruas estão com a pavimentação destruída, ocasionando intensificação da expulsão dos moradores. Muitas casas foram vendidas nessa área, além do que alguns moradores, tem o impedimento da Prefeitura de Paranaguá, de realizar qualquer benfeitoria em sua residência, pelo fato de estarem localizadas em área de preservação permanente (APP).

Mas algumas estratégias estão sendo traçadas por esse grupo para trazer mais visibilidade e conhecimento a população do que tem acontecido com o bairro. Então, se organizaram para informar a população que mora mais próxima do Santuário a fim de fortalecer a sua luta pela permanência com dignidade nesse espaço.

Dentre as estratégias, uma delas é manter na cidade o evento grandioso que é a Celebração da Nossa Senhora do Rocio, a Procissão Marítima, a Cavalgada da Fé, que acontece anualmente em novembro. Outra ação que a associação de moradores realizou, foi a de levar a Feira da Lua para o Bairro. Ela é realizada ao ar livre com várias barracas e música ao vivo que ocorre na cidade toda semana. A associação também está buscando melhorias, fazendo-se presente nas audiências promovidas por diversos setores que possam estar relacionadas ao território do Santuário e suas proximidades, como também promovendo diálogos entre os moradores para conscientizá-los da importância de lutar pelo seu lugar, pelo seu território.

Após observarmos como se dá a construção dos espaços na cidade, e com um olhar mais refinado, podemos perceber a partir de quais interesses os mesmos são produzidos.

Assim podemos organizar, debater, planejar e efetivar as estratégias essenciais para permanecer no lugar que nos é de direito.

Porém, vemos situações como essa do bairro Rocio em Paranaguá, cada vez com mais regularidade, comunidades sendo desapropriadas dos lugares onde “escolheram” para viver, porque esses lugares têm uma função específica dentro do Zoneamento Urbano definido pelo Plano Diretor em consonância com os interesses

de administradores públicos que atuam em favor das empresas privadas que são favorecidas por essa classificação.

Esse cenário é muito comum em nosso país, pelo histórico de exclusão e negação de direitos, e também a relação patrimonialista que temos com a terra, as leis e normas, quando não elaboradas com a participação popular, são feitas para perpetuar o domínio de uma pequena parcela da população.

Mas e quanto ao meio rural, quais as estratégias são utilizadas para permanecer em seus locais de origem?

Para iniciar a abordagem do tema, vamos retomar o estatuto de propriedade privada de terras no Brasil, que vem com a Coroa Portuguesa, a partir dos títulos de sesmarias, no qual o sesmeiro tinha a concessão da mesma para usufruir da terra, tornando-a nos termos dos colonizadores, produtiva, e parte dessa produção, era devolvida a Coroa, dona do título de domínio. A Coroa concedia apenas o uso da terra, para manter sua hegemonia sobre os territórios.

Quando ocorre a extinção das sesmarias em 1822, algum tempo depois é instituída a Lei de Terras – Lei nº 601, de 1850 que previa a compra como única forma de acesso à terra. Essa lei dificultou o acesso à terra, de grande parte da população, pois, em sua maioria era composta de trabalhadores pobres, mantendo assim a concentração de terras sob a posse de uma elite abastada.

Apesar desse cenário desfavorável, entra na pauta no governo de João Goulart em 1960, a Reforma Agrária, mas com o golpe militar em 1964, logo é engavetada. Porém, em novembro de 1964 é sancionado o Estatuto da Terra que, em seu bojo, regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais assegurando o acesso à propriedade visando promover uma melhor distribuição da terra, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. É neste momento que se entende o fato de o direito de propriedade estar submetido aos deveres da função social da terra.

Então, alguns grupos se apropriaram dessas ferramentas jurídicas e iniciam a ocupação e apropriação de terras que não estavam cumprindo a função social da propriedade. Logo começaram a aumentar os conflitos por terra, entre os latifundiários (que se dizem donos de grandes glebas de terra) e os movimentos que se levantaram para lutar pelo direito de acesso à terra que, amparados por essas leis, conquistaram algumas vitórias, muitas pagas com o próprio sangue. Hoje, segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no ano de 2019 já são

fato, não tinha nenhuma benfeitoria, reconhecimento ou direito por parte do Estado para a comunidade. Algo de extrema importância, visto que estão localizados em uma área de difícil acesso, fator esse que fortalecia o movimento de criminalização desses moradores por parte dos fazendeiros, que os tratavam como invasores de um território que alegavam que não era seu.

Então, após a construção dessa cartografia, e o reconhecimento e fortalecimento dessa comunidade, vitórias foram alcançadas. A exemplo da construção de uma escola provisória de ensino fundamental e médio, a valorização da cultura tradicional quilombola, a criação e registro da Associação Comunitária de João Surá, a participação de professores e integrantes da comunidade na formação continuada de professores entre outras conquistas. Novas reivindicações também foram se organizando com esse processo de autonomia e reconhecimento.

Para refletir!

Diante dessas informações, podemos nos questionar: Qual a nossa participação na construção dos espaços na cidade e no campo?

Escolhemos representantes políticos para serem a nossa voz nesses espaços de construção, porém, as ações desses não são muitas vezes compatíveis com os desejos e necessidades da população e, a cada dia, novos atores sociais têm surgido em busca de melhorias pontuais. Tais atores mobilizam parcelas da população em movimentos diretos que tem conquistado melhorias em menor espaço de tempo, sem esquecer a importância das redes sociais na influência de decisões e demandas.

Precisamos nos organizar para ter peso nas decisões tomadas no que se refere à organização e produção dos espaços da nossa cidade; e em outras instancias de poder. A cidade deve ser produto de nossas geograficidades e não de demandas de quem apenas a explora. Devemos nos apropriar das ferramentas necessárias para construir e exigir melhorias tais como escolas, postos de saúde, centros de convivência, teatros, etc.

Ainda temos uma longa caminhada em busca de uma sociedade com mais justiça social e territorial, e com mais equidade de oportunidades. Devemos observar com cuidado quem promete nos representar, e exigir que nossas necessidades sejam atendidas nos espaços que nos são de direito.

Atividade 1 – Observe o mapa dos bairros de Paranaguá.

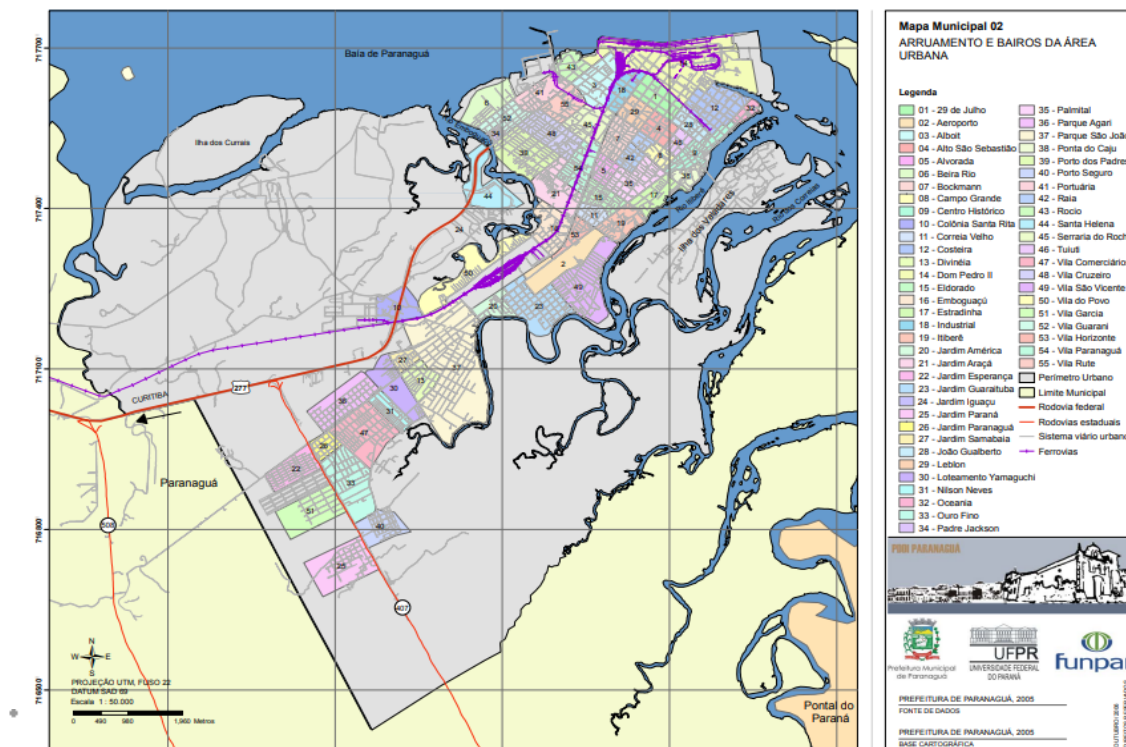


FIGURA 4 – Mapa Municipal do Arruamento e Bairros de Paranaguá (2007).

Em seguida, formar grupos a fim de escolher um bairro e construir um diagnóstico do mesmo.

Nesse diagnostico deve constar: os pontos positivos do bairro: habitação de qualidade, saneamento básico, transporte e trânsito seguros, mobilidade, posto de saúde, escolas, equipamentos de lazer etc. Os negativos, as ideias de melhoria, e a solução de algum problema que o grupo considera prioritário para a gestão do município.

A partir desses pontos elencados, criar um planejamento para o bairro e apresentá-lo à comunidade (no caso os colegas de sala de aula).

Referencias

Santos, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Vol. 1. São Paulo: Edusp, 2002.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830). 2015. Tese de Doutorado. Universidade de Sao Paulo.

CANEPARO, Sony Cortese. "Análise da dinâmica espacial da ocupação antrópica em Paranaguá/PR (1952-1996), através do uso de sistema de informações geográficas." Raega - O Espaço Geográfico em Análise 4 (2000).

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI de Paranaguá 2007

Nova Cartografia Social – novacartografiasocial.com.br

IMAGENS

FIGURA 1 - MAPA DO ZONEAMENTO DA CIDADE DE PARANAGUÁ (2007)

FIGURA 2 - FIGURA 2 – Mapa da Cartografia Social elaborada pela Comunidade Quilombola de João Surá(2009)

FIGURA 3 - FIGURA 3 – Mapa Municipal dos Bairros da Área Urbana de Paranaguá (PDDI, 2007)

5. MONITORIA

Ao longo do curso também fiz estágio de monitoria com o Prof. Luiz Rogério Oliveira da Silva. Tive a oportunidade de experienciar a monitoria, e para isso trabalhei com a turma de 2019 do curso de geografia, o capítulo “Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial” de E. P. Thompson (1998) nas sextas-feiras.

O texto retratava os costumes dos aldeões, os aspectos que moviam sua vida, como suas cotidianidades foram alteradas após a percepção do tempo na cultura. Até que ponto os costumes foram modificados e como o relógio se popularizou desde as camadas mais altas até as mais baixas. Em seguida, evidencia como essa nova sociedade foi se reestruturando conforme a mediação do tempo em suas vidas, em seus trabalhos, e até mesmo no lazer. Inicialmente os ritmos se davam pelas orientações de tarefas, pelos ritmos naturais de realização de atividade, depois preocupa-se em não perder o tal tempo. E, com isso, vem a disciplina e o trabalho, de produção manufatureira, onde cada família tinha seu tear, ou algumas vilas tinham seus teares comunitários, com uma demanda pequena, mudou-se gradativamente, para locais maiores, as fábricas, onde se produzia em grande quantidade, e para dar conta dessa grande demanda, as famílias se revezavam nas fábricas, trabalhando por horas, com o objetivo de receber o seu salário, posto que com o avanço desse capitalismo industrial, se estabeleceu o trabalho assalariado. Nesse período, não tinha direitos humanos e, muitas crianças faziam parte desse cenário exploratório.

Para trabalhar a moral dos pobres trabalhadores jovens, a retidão puritana entrava nesse ambiente, para promover trabalhadores passivos e conformados com o modo de vida que lhes foi concedido, então, muitas vezes, a Igreja Anglicana agia como adestradora do povo, nesse período nas vilas, aldeias, foram construídos muitos relógios, para que o povo não esquecesse seus afazeres e deixasse o ócio, as bebedeiras, as festas de lado.

O relógio de bolso como o texto traz, também era visto como status social, e para o horror dos seus feitores, acabou se popularizando e chegando até as mais baixas camadas daquela sociedade. Tentou-se até mesmo taxar os relógios de bolso de ouro, porém, taxar os ricos não era bem visto e acabou não tendo o efeito que se esperava, posto que muitos começaram a banhar em prata os seus, para fugir da taxa.

Contudo o relógio e a percepção do tempo, se difundiu e consolidou o avanço da Revolução Industrial. Modificando os costumes e criando novos hábitos, desde os

modos de compreensão da vida, até os mais grandiosos como a construção das cidades.

Certo que esse processo se consolidou, mas, segundo Thompson o embrião de sociedade industrial teve muitos enfrentamentos para chegar aonde está hoje, haja visto que muitas injustiças foram cometidas com o povo nesse período, tão logo foram criadas algumas leis para amparar essa massa que aglomerou nas cidades. Percebe-se, portanto, que o avanço técnico nos possibilitou muitas conquistas, mas, produziu grandes aglomerados de excluídos nessa nova sociedade, pelo fato que os lucros se concentravam com minorias e a maioria sequer o mínimo tinha para subsistir.

6. CONCLUSÃO

O Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná/Litoral para mim teve a função de construir, lapidar e fortalecer a educadora/pesquisadora existente em meu ser, assim como proposto no projeto pedagógico do curso:

[...] o licenciado em geografia com autonomia intelectual, consciência política, pensamento crítico e criativo voltado à justiça social que tenha como princípios de atuação o respeito às diferenças, a solidariedade, o senso crítico, as propostas populares de transformação social, os diálogos de saberes, a superação das formas de opressão, a fim de que possa investigar, pensar e propor processos educativos sobre fenômenos territorialmente relevantes na perspectiva do bem viver.

E de fato levo em minha bagagem, experiências únicas, de como observar um fenômeno e atentar-me às perspectivas de cada narrativa sobre o mesmo, compreendendo que há sempre uma disputa de narrativas e um instrumento importantíssimo desse processo, são os mapas. Nos mapas podemos evidenciar algum fenômeno, como também invisibilizá-lo dependendo do objetivo da construção do mesmo.

Levo comigo o olhar e a vivência de algumas comunidades que, se não fosse a universidade, não as conheceria e talvez continuaria criminalizando-as como a mídia tanto divulga. Estar nessas comunidades me fez perceber que a luta por terra vai além de comprarmos um lote ou até mesmo ocupá-lo. A luta pela terra é um direito que nem nos damos conta que temos. Percebi que a falta de informação é o que nos impede de assegurarmos nossos direitos e que muitos se favorecem com a ignorância do povo em sua maioria. Pude vivenciar como funciona uma agrofloresta e a saber um pouco mais sobre a vivência em assentamentos.

As saídas de campo do curso, ainda que limitadas, por conta do corte de verbas que atingiu diretamente as empresas terceirizadas dos motoristas dos ônibus da universidade, foram enriquecedoras, pois conhecemos lugares e pessoas extremamente receptivos para conosco. Nessas saídas, escutamos tantas narrativas dos processos de luta e resistência dos conflitos por terra e território, histórias de luta pelo direito de existir no lugar que chamam de seu, a luta para continuar praticando seus costumes tradicionais, para manter seus rituais. Quanta luta há nos municípios do Litoral do Paraná que não conhecemos, quanta violação de direitos existem e estão invisibilizados pela falta de contato com quem pode fornecer ferramentas de resistência.

O curso de Licenciatura em Geografia nos mobiliza a atuarmos junto à sociedade, tomando para nós as rédeas em que possamos contribuir, formar, debater e pôr em movimento o que nos incomoda, o que precisa ser transformado. Com olhar atento e refinado as demandas dos que nos cercam, auxiliando e direcionando a caminhada, sendo agentes de mudança.

Os módulos do curso, nos auxiliaram a compreender a formação e consolidação do mundo e seus poderes. De que forma cada grupo se territorializou e como funciona a produção do espaço desse território a partir das suas demandas. Também nos possibilitou, conhecer um pouco mais da história da educação, desde os primórdios da escolarização até o que temos posto hoje, compreendendo que pouco mudou desde o princípio e que as mudanças que ocorreram foram realizadas por meio de lutas.

O curso em sua maioria trabalha com o patriarca da educação Paulo Freire, pois acredita em seu método de aprendizagem no qual a leitura da palavra parte de sua leitura de mundo, em que o método de aprendizagem parte de sua realidade cotidiana, pois é o que lhe é conhecido.

Com o intuito de formar professores o curso prevê o estágio e a experiência adquirida nas escolas da rede estadual, é debatida em rodas de conversa nas quais compartilhamos os desafios enfrentados. Tais experiências nos lapidam sutilmente e isso só fica perceptível no momento da escrita. Os espaços vivenciados durante o estágio nos tocam a observar quais os tipos de relações existentes, como também os micropoderes dentro da escola, os conflitos gerados pelos embates diários. Ao meu ver a escola é como um campo minado, no qual deve-se observar tudo pois nunca se sabe onde se está pisando. É preciso tempo para adaptar-se a esse campo, mas também cuidado para não generalizar todas as escolas. Com tempo, se descobre com quem e onde é prazeroso trabalhar. Situação não diferente de tantas outras profissões.

Tive a sorte de ser inserida em minha primeira experiência de atuação, na escola em que estudei. Ali eu já tinha a priori, os lugares onde poderia me acolher em algum momento de medo ou angústia por conta de ser a primeira experiência em sala de aula, também tinha meus professores e agora colegas de trabalho com quem poderia desabafar e ser ouvida. Até mesmo as senhoras da cozinha e do portão eram as mesmas do meu tempo de estudo. Sorte a minha ter esse privilégio. Fui recebida

de braços abertos e muito emocionada chorei de alegria ao fim desse dia pois eu realmente estava no lugar exato para o evento propício.

Com o passar do tempo e dos períodos do curso, fomos adquirindo mais experiências e conhecimentos; novos professores e novas temáticas como também novos desafios como a última atividade do módulo de estágio, na qual nos organizamos para realizar uma videoaula com docência compartilhada. Esse desafio demandou muitas horas de organização, planejamento da aula, estudo do tema, autorização do lugar para gravarmos e muita paciência; pois gravar aula não é tão simples. Levamos 5 horas para gravarmos e regravarmos as partes e foi apesar do desafio, muito satisfatório. Nos olharmos na videoaula foi encantador. O curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná Setor Litoral, não é somente lindo e encantador em sua teoria, em seu projeto, mas também em sua prática.

Sou grata pelas muitas experiências vividas e anseio por novas.

REFERÊNCIAS

ACCO, Marco Antonio. Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, p. 708-730, 2018.

SOUZA, Marcelo José Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Unesp, 2004.

MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. **Campinas: Autores Associados**, 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer; EICHEMBERG, Rosaura. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. São Paulo: Vozes, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PARANAGUÁ. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá – DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, PDM–Plano Diretor. de Paranaguá. **Fundação da Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Paraná. Paranaguá/PR**, 2006.

Sites

http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/dados_acervo.php

<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>